

O silêncio dos (nem sempre) inocentes

Uma novidade proposta pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) agita os executivos. Está em curso uma revisão do período de silêncio que antecede as ofertas de ações e as aberturas de capital, que pode se estender por até 60 dias anteriores ao evento.

Alguns temem que a nova norma, ainda em estudo, possa provocar um caladão nas empresas, por temerem o rastreamento de informações retroativas. O ex-presidente da CVM Luiz Leonardo Cantidiano, no entanto, diz que a iniciativa busca a transparência.

Ricardo Florence, presidente do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), pondera. “O RI é o guardião da qualidade das informações das empresas. Vamos aguardar a publicação da norma, mas é certo que ela trará mais trabalho e reflexão aos profissionais.”

O caso mais emblemático talvez tenha sido o da empresária e apresentadora de TV Martha Stewart

O objetivo da CVM, porém, pode ser um tiro pela culatra. Segundo alguns advogados, regras escritas e condicionadas a prazos podem não ser o essencial para coibir o uso de informações privilegiadas, que é a maior preocupação da autarquia.

Histórias de escândalos recorrentes povoam os principais centros financeiros internacionais. O recente mais famoso talvez tenha sido o da empresária e apresentadora de televisão americana Martha Stewart. Insider trading por excelência, a venda de suas ações na Imclone Systems rendeu-lhe cinco meses de prisão.

Mas há exemplos também no Brasil. Executivos da Random, da Sadia e do ABN Amro estão sendo investigados. Outro escândalo envolveu a venda da Suzano Petroquímica, como se confere na reportagem da página 9.

A prática criminosa de insider trading incide sobre as esferas administrativa, civil e criminal, desde a reformulação da Lei das S.As em 2001.

A CVM mantém, porém, desde 2005 o Comitê de Termo de Compromisso, que busca solucionar os litígios de forma rápida. De todo modo, alertam especialistas, estes acordos não podem, nem devem, ser usados de forma excessiva e indiscriminada. Senão, o Brasil será eternamente sinônimo de impunidade. ■